

LINGUAGEM, PODER E SOCIEDADE: A EDUCAÇÃO CAPITALISTA E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

Breno Alves dos Santos BLUNDI¹²⁶

Alex Junior dos Santos NARDELLI¹²⁷

RESUMO: Temos por objetivo relacionar alguns pontos da Filosofia da Educação, do Capitalismo e de suas influências na linguagem. Entendemos, de modo geral, que a maneira como o capitalismo adentrou a sociedade e à educação, influenciou o modo como os membros da sociedade se relacionam. Assim, como objeto de análise utilizamos a língua para apresentar uma possível reflexão sobre como ela é moldada a partir da dicotomia instaurada dentro das classes sociais e para isso utilizaremos os postulados da Filosofia da educação de Saviani (2007) e da sociolinguística de Labov (2008[1972]).

PALAVRAS-CHAVE: Educação; Linguística; Educação Capitalista; Preconceito Linguístico.

1. Introdução

A proposta inicial deste trabalho visa relacionar os estudos apresentados sobre a Filosofia da Educação e os estudos sobre a linguagem. Para isso, buscamos desenvolver, de maneira introdutória, um pensamento coerente sobre estas duas áreas de estudos, que ora se convergem, ora se divergem, pois, dada a divisão taxonômica instaurada pelo meio acadêmico, nos parece que relações possíveis de serem realizadas se encontram apenas dentro do âmago de seus próprios limites, porém, acreditamos na possibilidade de estabelecer relações entre as mais diversas áreas e traças os mais diversos pensamentos acerca de questões que até então buscavam suas explicações dentro de um meio já saturado de trabalhos descritivos.

Desta maneira, para que se possa refletir sobre a relação entre linguagem, poder e sociedade, como sugere o título deste trabalho,

¹²⁶ Graduando do curso de Pedagogia no Instituto de Biociências, Letras e Ciências Exatas, UNESP/Ibilce. E-mail: brenoblundi@outlook.com

¹²⁷ Graduado no curso de Licenciatura em Letras (Português/Italiano) e mestrando do Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” - UNESP/Campus de São José do Rio Preto, São Paulo, Brasil.

pode-se analisar o preconceito linguístico no âmbito da sociedade e da educação capitalista, porém, inicialmente, devemos apresentar uma reflexão sobre a relação entre o homem e a sociedade, isto é, como o homem produz sua existência e se torna um ser humano histórico e social, sem perder de vista o contexto histórico no qual essa relação se realiza. Posteriormente, faz-se necessário refletir sobre a relação entre linguagem, poder e sociedade e as relações que se instauram a partir dela, ou seja, dos modos como a língua, sendo uma ferramenta de comunicação comum entre as mais diversas comunidades, pode ser alterada a partir das influências que podem adentrar o sistema educacional e no sistema linguístico dos falantes.

Desta maneira, a partir deste trabalho, torna-se possível analisar o preconceito linguístico no contexto da sociedade e da educação capitalista a partir de uma visão crítica sobre as relações entre homem e a sociedade, isto é, como o homem se produz sua existência e se torna um ser humano histórico e social, e como esta produção influencia na sua relação com a linguagem e como esta, por vez, sofre as alterações que emergem da ideologia capitalista e como esta também serve de arma para a imposição de um poder social, hierárquico e econômico oriundas comunidades mais prestigiadas socioeconomicamente.

2. Trabalho e educação: atividades essencialmente humanas

Inicialmente, é necessário voltar ao momento em que o ser humano se diferencia dos outros animais e se torna um ser histórico e social. Conforme afirmaram Marx e Engels (1974), diferentemente dos animais que se adaptam à natureza, o homem, por meio do trabalho, a transforma em seu favor, isto é, adaptando-a a si para a satisfação de suas necessidades. Nesse ato de apropriação e transformação da natureza em seu favor, o homem produz instrumentos. O ato de produção de instrumentos, é segundo os autores citados, o primeiro ato histórico que diferencia o ser humano das demais espécies, conforme pode-se verificar na seguinte passagem da obra *A Ideologia Alemã*:

Podemos distinguir o homem dos animais pela consciência, pela religião ou por qualquer coisa que se queira. Porém, o homem se diferencia propriamente dos animais a partir do momento em que começa a **produzir** seus meios de vida, passo este que se encontra condicionado por sua organização corporal. Ao produzir seus meios de vida, o homem produz indiretamente sua própria vida material. (MARX & ENGELS, 1974, p. 19, tradução livre, grifos no original).

Ou seja, ao se apropriar da natureza e transforma-la, o ser humano começa a produzir seus meios de vida, transformando a sua existência objetiva e subjetivamente por meio do trabalho. Portanto, se o que caracteriza o homem como um ser diferenciado dos outros animais, é o ato de transformação da natureza, isto é, o que torna o homem enquanto um ser social e histórico, é a sua atividade essencial: o trabalho (GUEDES, 2005).

Desse modo, a essência do gênero humano¹²⁸ não é divina, não foi dada pelos Deuses e tampouco é natural, segundo Saviani (2007), “não é algo que precede a existência do homem. Ao contrário, a essência humana é produzida pelos próprios homens”. Ou seja, essência humana é externa ao homem, cujas características fundamentais vão se desenvolvendo e aumentando a sua complexidade no decorrer da História. Em síntese, ao nascer o homem é um ser natural que, ao se apropriar da cultura humana produzida histórica e coletivamente pelo trabalho, torna-se um ser social.

Se a natureza enquanto produto bruto não sacia as necessidades humanas e deve ser transformada pelo homem, então:

A existência humana não é garantida pela natureza, não é uma dádiva natural, mas tem de ser produzida pelos próprios homens, sendo, pois, um produto do trabalho, isso significa que o homem não nasce homem. Ele forma-se homem. (SAVIANI, 2007, p. 154).

Se o homem precisa formar-se enquanto homem para produzir a sua própria existência, ele necessita aprender como produzi-la, este

¹²⁸ Em Newton Duarte (1993, s/p.) afirma que o “gênero humano enquanto categoria que expressa o resultado da história social humana, da história da atividade objetivadora dos seres humanos.”.

processo se caracteriza como um processo educativo, portanto, “[...] a origem da educação coincide, então, com a origem do homem” (IBI-DEM). No início da História humana, os homens produziam e se apropriavam da riqueza material e não material produzida, coletivamente, por meio do trabalho. Naquele contexto, no modo de produção comunal¹²⁹, os seres humanos educavam-se e educavam as futuras gerações, no próprio ato de produção da sua existência, por meio do trabalho. Nessa perspectiva:

O trabalho é a atividade fundamental e mediadora do processo de desenvolvimento do homem, como ser pertencente ao gênero humano, e a educação, a atividade mediadora do processo de formação do indivíduo singular, por meio da qual cada um se apropria das características genéricas humanas, que são fundamentais para sua inserção no mundo como ser humano histórico e social. (DUARTE, 1993, s/p.).

Ou seja, a educação é a atividade humana que em sua origem coincide com o processo histórico do desenvolvimento do ser humano como ser histórico e social. Assim, para que cada indivíduo possa se desenvolver como ser social, indo além da sua natureza biológica, precisa apropriar-se da cultura humana, produzida ao longo da história. (GUEDES, 2005).

Desta forma, o processo educativo no modo de produção comunal se desenvolvia por meio da apropriação dos conhecimentos acerca do trabalho, enquanto atividade social transformadora da natureza, histórica e culturalmente produzidos. Naquele contexto, a Educação era caracterizada como educação informal, pois não era em um ambiente específico: a escola. Ou seja, a educação se fundia à própria vida. O resultado do trabalho material, o conhecimento e a aprendizagem eram socializados entre todos os membros da comunidade, sem distinção de idade e sexo.

2.2. Divisão do trabalho, classes sociais e educação no capitalismo

¹²⁹ Também conhecido como “comunismo primitivo” (SAVIANI, 2007)
MOSAICO, SJ RIO PRETO, v. 17, n. 1, p. 458-474

Ao longo da história humana, o aumento da produção e da reprodução das relações sociais, a produção da existência foi se tornando mais complexa, fato que determinou, em um primeiro momento, a divisão social e sexual do trabalho e, posteriormente, a divisão técnica do trabalho. A divisão social do trabalho deu origem à propriedade privada da terra, o principal meio de produção da existência. Por consequência, a sociedade também se dividiu em duas classes fundamentais - a dos proprietários e dos não proprietários -, provocando a ruptura do trabalho e da distribuição da riqueza material e não material, produzida coletivamente.

Conforme se observou até aqui, o trabalho é a atividade humana mediadora da produção da existência, portanto, não existe sociedade humana sem trabalho. Entretanto, com o advento da divisão do trabalho e o aparecimento da propriedade privada, a classe proprietária passou a garantir sua existência por meio da exploração do trabalho alheio. Ou seja, do resultado do trabalho desenvolvido pela classe dos não proprietários, tendo em vista que esses últimos, para garantir sua existência viram-se obrigados a vender sua única propriedade - sua força de trabalho - em troca de meios de sobrevivência. Com isso, a classe não proprietária, expropriada dos meios de produção da existência, passa a existir como classe dominada, e submetida à condição de exploração, tem que garantir a sua existência e a da classe proprietária e dominante.

Com o avanço da divisão do trabalho, surgem novas formas de relações sociais. No capitalismo, a divisão do trabalho se complexificou, pois, com o desenvolvimento das maquinarias e da grande indústria, o trabalho humano que antes era manual passou a ser incorporado nas máquinas. Nesse momento, ocorre a divisão entre o trabalho manual e o trabalho intelectual, promovendo a divisão social entre quem executa e quem concebe o trabalho a ser executado. De acordo com Saviani (2007, p. 158):

O advento da indústria moderna conduziu a uma crescente simplificação dos ofícios, reduzindo a necessidade de qualificação específica, viabilizada pela introdução da maquinaria que passou a executar a maior parte das funções manuais.

Com o advento da maquinaria, o conhecimento científico, produzido e acumulado pela humanidade passou a ser incorporado nas máquinas. Tal fato contribuiu para a simplificação dos ofícios, provocando o distanciamento dos trabalhadores do saber sobre o trabalho. Portanto, como afirma Saviani (2007), a Revolução Industrial provocou a cisão da relação de identidade, existente anteriormente, entre o trabalho e a educação. Essa separação deu origem à escola, cuja função primordial é a socialização do conhecimento científico e sistematizado ao longo da história pelo conjunto da humanidade. No entanto, no capitalismo, com a divisão entre trabalho intelectual e trabalho manual, passou a existir dois tipos de escola, uma voltada à classe dominante que tem como objetivo a formação para o trabalho intelectual e, de outro lado, uma escola voltada para a adaptação da classe trabalhadora às exigências técnicas e ideológicas do capital.

Porém as maquinarias exigiam reparo, manutenção, adaptação e ajustes, tarefas que exigiam um grau maior de especialização. Segundo Saviani (2007), um preparo intelectual específico. Nesse sentido, foram criados sistemas de ensino preparatórios para realizar aquela função – um ensino tecnicista – idealizado, pautado e realizado para atender às necessidades da produção capitalista.

De acordo com Orso (2012), a educação é a forma como a sociedade educa os indivíduos para se adaptarem às relações sociais à maneira como está organizada. Ou seja, a educação escolar enquanto detentora do conhecimento sistematizado é um reflexo da realidade em que está inserida. Desta maneira, compreende-se que a escola inserida em um sistema capitalista visa educar os indivíduos para viverem nele e não para terem consciência de superação da ordem vigente. Na sociedade de classes, a escola é vista como uma instituição que visa ensinar um saber “especializado”, para a classe dominante e “técnico” para a classe explorada.

Nessa perspectiva, para a burguesia sempre foi destinada uma educação especializada, pautada em conhecimentos científicos e para o proletariado uma educação prática e tecnicista, divisão que se mantém até os dias atuais. Deste modo, há uma educação distinta para

uma sociedade constituída de classes sociais também distintas. Essa divisão reflete nas escolhas e possibilidades para os indivíduos, conforme a classe social à qual pertence.

Para compreender as relações entre linguagem, poder e sociedade e a partir dessa análise apresentar elementos conceituais para refletir sobre a questão do preconceito linguístico como fenômeno das relações sociais e da educação capitalista, segundo a perspectiva teórico-metodológica desenvolvida até aqui, se faz necessário considerar a linguagem humana como resultado da atividade coletiva do trabalho. Ou seja, ao tomar o trabalho como atividade fundante do ser social, por meio da qual o homem transforma a natureza e produz os instrumentos de produção da sua existência, é preciso entender que, nesse processo, a linguagem humana se desenvolve como uma necessidade de comunicação entre os seres humanos, tendo em vista que o trabalho é uma atividade essencialmente coletiva. De acordo com Duarte (2004), a cultura humana é resultado do trabalho humano objetivado, isto é, a cultura resulta da relação entre apropriação e objetivação como dinâmica fundamental do processo de desenvolvimento do gênero humano que se constitui por meio da atividade do trabalho.

Desse modo, a linguagem humana se constitui em uma das características essenciais que definem o ser humano como ser social. E, no contexto das relações sociais capitalistas, a divisão do trabalho e, por consequência, a separação entre trabalho manual e trabalho intelectual, elevou a linguagem humana à objeto de estudos do campo das ciências linguísticas, diante da necessidade humana de compreendê-la em sua complexidade. A partir de tais pressupostos, a seção seguinte será dedicada à problematização das relações entre sociedade e linguagem como uma relação de poder no contexto da sociedade capitalista.

3. Sociedade: linguagem e comunidade em foco.

As questões apresentadas na seção anterior reúnem, de maneira coerente, apontamentos sobre a filosofia e história da educação assim

como a ruptura causada pelo capitalismo na estrutura social e na estrutura escolar de nosso país. Dado os contextos discutidos até o momento, prossegue-se, a partir deste ponto, focalizando algumas das consequências de âmbito linguístico causadas, justamente, pelo capitalismo na escola e na sociedade. Para a concretização de tal propósito, serão utilizados termos e ideias linguísticas, tais como, língua, linguagem, sistema linguístico, norma culta, heterogeneidade, vernáculo, comunidade de fala, entre outras que agregarão a discussão a seguir.

A ideia nesta parte do presente artigo, pauta-se na reflexão sobre o capitalismo e sua influência no sistema linguístico das comunidades, mas, inicialmente, deve-se refletir sobre o que é comunidade para a linguística, mais especificamente para a sociolinguística, uma vez que a relação estabelecida em nossa reflexão é, de grosso modo, baseada na mesma relação entre linguagem e sociedade que também serve de objeto de análise para esta área. Desta maneira, comunidade, de modo mais amplo dentro do contexto linguístico, é entendida como: espaços ou grupos onde ocorrem a interação entre a língua e a sociedade de forma que ambas se relacionem e se influenciem. William Labov, sociolinguista que dedicou sua carreira aos estudos de descrição e análise linguística em contextos de confluência linguístico-social, concebe comunidade como um fator pautado unicamente pela relação entre fala - indivíduo - meio social, de modo que para os estudos *labovianos* falar sobre comunidade é adotar a concepção de “comunidade de fala”, em razão de que esta trata não apenas de conjuntos de falantes que falam as mesmas formas linguísticas de maneira semelhantes, mas por falantes que compartilham essas formas de modo normativo, Labov (2008 [1972]), em Coelho (2010), salienta que:

Uma comunidade de fala não pode ser concebida como um grupo de falantes que usam todas as mesmas formas; ela é mais bem definida como um grupo que compartilha as mesmas normas a respeito da língua. (2008 [1972], p. 188 apud COELHO, I. L.; et al.; 2010; p. 37).

A partir da concepção de comunidade de fala como um conjunto no qual seus indivíduos compartilham as mesmas normas e respeitos da língua, pode-se pressupor que tais normas são definidas a partir de valores, pensamentos e ideias oriundos do próprio meio social. A professora Elizabeth Coelho apresenta no livro “Sociolinguística” (2010) organizado por ela e outros autores da área, o conceito de “comunidade de prática”, tal concepção consiste na ideia de comunidade como um conjunto de indivíduos que negociam práticas sociais que contribuem para a satisfação de um objetivo ou um interesse em comum, em outras palavras, são grupos que compartilham os mesmos gostos e que desenvolvem práticas regulares a partir deles que podem consolidar cresças, valores sociais, formas linguísticas, comportamentos etc. Penelope Eckert, no livro *Language and Gender* (1988), organizado por ela e por Sally McConnell-Ginet, a autora já traça algumas reflexões sobre comunidade de prática:

A comunidade de prática é o nível de organização social em que as pessoas experimentam a ordem social de modo pessoal e durante o seu dia-a-dia, e em conjunto dão sentido à esta ordem. Um grupo de amigos da escola se forma em torno de algum interesse em comum, talvez eles moram no mesmo bairro, talvez gostem do mesmo tipo de música ou talvez se uniram por circunstâncias maiores e decidiram aproveitar a ocasião.¹³⁰ (ECKERT, P.; McCONNELL-GINET, S.; 2003 - tradução nossa).

A partir de tal concepção, até mais interessante para este trabalho, a ideia de comunidade de prática, nos faz pensar no capitalismo, enquanto fator social, como objetivo/interesse/costume de uma dada comunidade de prática, isto é, há um grupo de pessoas (mesmo majoritário) que compartilham dos ideais e das concepções capitalistas e dão sentido a esta vertente, baseado no fato de que a colocam em prática durante o seu cotidiano.

¹³⁰ “The community of practice is the level of social organization at which people experience the social order on a personal and day-to-day basis, and at which they jointly make sense of that social order. A group of high-school friends forms around some common interest – maybe they live in the same neighborhood, maybe they like the same kind of music, maybe they were thrown together by circumstances and decided to make the most of it” (ECKERT, P.; McCONNELL-GINET, S.; 2003)

4. A língua como ferramenta comum entre comunidades dicotômicas: uma relação de amor e ódio.

Língua, para este trabalho, corresponde a confluência entre sistema (tudo o que é possível dentro de uma língua), norma (o que aceito como “certo” em uma língua) e uso (como a língua é realmente usada dentro dos contextos mais sociais e menos monitorados¹³¹), sendo sempre articulados em detrimento a uma ação cognitiva, pois, é neste âmbito que se encontram, de maneira mais geral, o âmago das relações entre ideias, conhecimentos e valores, portanto:

A língua é um instrumento para organizar, processar e transmitir informações. A partir da experiência concreta adquirida na interação com o ambiente, criam-se na mente padrões que permitem a estruturação de conceitos mais abstratos e complexos. (SPERANÇA-CRISCUOLO, A.C.; 2014)

Sendo, portanto, a língua a ferramenta de uso comum entre as duas classes sociais e sendo esta criada dentro de um contexto que envolve conhecimentos empíricos, pensamentos, valores e, principalmente, interação com o meio, ela é então reflexo das ações destas duas classes.

Desta maneira, a divisão financeira das classes sociais distintas, conforme observado anteriormente, produz também uma divisão nos usos da linguagem., não faço alusão a duas línguas diferentes, mas a dois modos de usar a mesma língua; tal divisão pode ser percebida geralmente em comentários do tipo: “língua de rico”, “fala de granfino”, “- fala igual gente grande” (“grande” como referência ao status social), “-este garoto fala como advogado”, entre outros. Esta divisão deriva valores positivos e negativos que são associados, respectivamente, a grupos dominantes e a grupos menos dominantes.

Os valores positivos ou negativos atribuídos à língua são carregados de identidade, pensamentos e ideologias que mesmo negadas

¹³¹ Monitoramento, neste caso, considera-se como o grau de atenção de um falante sobre sua fala, Tarallo (1999), salienta que o vernáculo é a língua falada sem nenhum monitoramento, atenção ou adaptação, é o uso em sua forma mais pura.

ou não perceptíveis pelos falantes, dão indícios de sua origem, de suas ideias e de seus pensamentos. Os valores que produzem, muito das vezes, contextos de preconceito linguístico e brincadeiras desgraciosas, são de origem, única e exclusivamente, social, pois a língua é uma ferramenta, portanto possui uma sistematicidade inerente a si própria.

Para exemplificar de maneira sintética, uma das maneiras pelas quais a divergência entre classes sociais influenciou numa valorização negativa no uso de determinadas formas linguísticas é o paradigma do sistema pronominal de pessoa (eu, tu, ele, nós, vós, eles) presentes nas gramáticas normativas do português brasileiro. De modo mais genérico sobre os pronomes pessoais, o uso do pronome de 1ª pessoa do plural – nós – é carregado de valor negativo quando utilizado sua forma variante menos prestigiada “a gente” (justamente por ser uma forma inovadora produzida por falantes com menor grau de escolaridade e de classe social mais baixa) e ainda acarreta maior descrédito quando usada “nois” (forma totalmente desprestigiada e produzidas por falantes de baixo nível de escolaridade e por falantes de menor classe social). Não é interesse deste artigo explicar o funcionamento do pronome de 1ª pessoa do plural no português brasileiro, mas este foi usado como exemplo para justificar que além da divisão na sociedade o capitalismo também provocou a divisão da língua em classes, porém, antes de linguístico o valor negativo é originário do social, pois em “nós”, “a gente” e “nois” não há nenhuma restrição quanto ao significado, pelo contrário, os três elementos são capazes de transmitir o mesmo valor semântico, a diferença, neste caso, é social, são os membros de uma dada comunidade que avaliam em que medida uma forma é melhor ou pior para ser utilizada e quanto quebrada esta expectativa surge um desconforto no *script* entre falante e ouvinte.

5. O valor social das formas variantes e o preconceito linguístico: o descrédito da linguagem “popular”

As variantes de uma comunidade de fala encontram-se sempre em

relação de concorrência: padrão vs. não-padrão; conservadoras vs. inovadoras; de prestígio vs. estigmatizadas. Em geral, a variante considerada padrão é, ao mesmo tempo, conservadoras e aquela que goza do prestígio sociolinguístico na comunidade. (TARALLO, 1990, p. 12).

Com esta citação, destacamos que os valores que são atribuídos às variantes, sejam eles positivos ou negativos, não são motivados pela estrutura linguística, mas pela atitude de aceitação ou repúdio dos membros das comunidades em relação ao uso de determinadas variantes. Como mencionado anteriormente, valores positivos se aproximam das formas prescritas pela tradição gramatical, enquanto os negativos são atribuídos às formas linguísticas que fogem completamente destas regras prescritas. Geralmente, variantes com valores positivos são conservadoras, de prestígio ou padrão, ao mesmo tempo em que as variantes com valores negativos são estigmatizadas, inovadoras ou não-padrão, assim:

A língua pode ser um fator extremamente importante na identificação de grupos, em sua configuração, como também uma possível maneira de demarcar diferenças sociais no seio de uma comunidade. (TARALLO, 1990, p. 14).

Desta maneira, a língua se torna um elemento importante para a identificação de determinados grupos sociais, ao passo que se torna um fator revelador de origens, ideologias e pensamentos críticos.

Labov (*apud* COELHO, 2010) caracterizou o julgamento social oriundo dos membros de uma sociedade, segundo o nível de consciência que o falante possui sobre determinadas variantes. Desta forma, o teórico determinou três níveis: *estereótipos*, *marcadores* e *indicadores*.

Estereótipos definem-se como traços sociais marcados de forma consciente, sendo alguns mais estigmatizados pela sociedade, por exemplo, no contexto regional, como nos seguintes casos de /d/ e /t/ diante de /i/, no dialeto paulista, que são pronunciados como [dʒ] e [tʒ], respectivamente, como em: /tia/ x [tʒia] e /dia/ x [dʒia]. Os estereótipos são evidenciados, principalmente, e de forma caricatural,

em personagens cinematográficos de programas humorísticos, em piadas, em charges, em filmes e em novelas.

Já os *marcadores* são traços linguísticos sociais e estilisticamente estratificados, separados e organizados, de forma que podem ser identificados por testes de avaliação. São traços linguísticos sociais marcados de forma inconsciente. Seguindo o exemplo apresentado por Coelho et al. (2010, p. 34), a variação entre o uso dos pronomes de segunda pessoa do singular “tu” e “você” são exemplos de marcadores, à medida em que o pronome *tu* é usado quando o interlocutor é íntimo e em contexto mais informal, enquanto o pronome *você* é usado quando o interlocutor é desconhecido, isto é, é de uso mais formal.

Por fim, os *indicadores* são elementos linguísticos que possuem pouca avaliação social, pois ocorrem de forma inconsciente na língua, como, por exemplo, a monotongação dos ditongos /ei/ e /ou/ como em “peixe/peixe” e “couve/couve”; nesses casos, os ditongos são reestruturados em função da posição do segmento *glide* dentro do ditongo e, também, da relação com a consoante seguinte.

Os argumentos usados para este julgamento de valor devem-se ao fato de haver na língua formas consideradas mais “corretas” (mais prestigiadas) e menos “corretas” (formas estigmatizadas), e quando a escolha do falante recai sobre a forma considerada “incorreta”, ele corre o risco de ser classificado como “burro” ou “ignorante”. A noção de “erro” atua como uma ferramenta de autorização ou desautorização. Sobre isso, Coelho et al. (2010) apontam que:

Dar vida ao preconceito linguístico é julgar falantes ou grupos inteiros em uma comunidade pelas formas linguísticas que empregam (e essas formas geralmente são as que se afastam do padrão). O argumento é que há, em uma língua, construções corretas e incorretas, melhores e piores, e que os falantes que ‘erram’ em suas escolhas ao falar e ao escrever são, conseqüentemente, também imperfeitos, pessoas que ou desprezam ou que têm dificuldade em atingir o nível em que só se empregam as construções aceitáveis/corretas.” (COELHO et. al., 2010; p. 32).

Por fim, deve-se ter claro, a partir de toda explanação anterior,

que o preconceito ocorre de forma social e não linguística, pois não há nada na estrutura dos elementos da língua que caracterize uma forma como melhor ou pior. Assim, toda língua natural possui variações dentro de seu sistema dispostas de forma regular, coordenadas por regras ou fatores condicionadores, assim, língua, aparentemente caótica e desregulada (cf. TARALLO, 1990), mostra um lado heterogêneo, principalmente por se tratar de um sistema regulado e ordenado, passível de valores linguísticos e sociais.

Considerações Finais

A fim de concluir este artigo, salienta-se que o que este trabalho apresenta é uma proposta de reflexão que relacionassem os estudos da Filosofia da Educação com os estudos sobre a Linguagem, pois, a visão dos autores enquanto educadores se baseia na premissa de que a educação é a base construção de conhecimento e de ideologia, assim, quaisquer influências, sejam elas diretamente ou indiretamente ligadas ao processo educativo, podem influenciar no desempenho do indivíduo e em sua posição senso-crítica.

O capitalismo, enquanto ideologia social, prevê uma série de questões de fundo, se assim pode-se retratar, que implicam em uma visão de sociedade diferente de outros movimentos mais integradores. Desta maneira, a visão capitalista prevê uma sociedade na qual as relações entre as classes sempre caminham em direções divergentes, dada a configuração socioeconômica destas comunidades.

Assim, compreende-se que é possível entender a influência do capitalismo de inúmeras formas, neste trabalho optou-se por relacionar a relação entre os fundamentos da Filosofia da Educação, no que se refere ao que se conhece na literatura por Educação Capitalista e a criação de duas classes antagônicas – a burguesia e o proletariado. Como já apresentado, a partir desta relação pode-se salientar que se criaram duas educações (tanto o ato educacional, assim como uma área de estudos), uma Educação pautada na análise das relações sociais a partir da emergência do capitalismo (área já bem exploradas por

autores que visam o uso das relações sociais, como, por exemplo, Saviani) e uma educação como questão didático-pedagógica, para este trabalho interessa, de modo particular, a segunda.

A partir das relações entre o capitalismo e a educação de classes, viu-se que a Educação se pautou em uma divisão mais saliente: uma Educação para as classes menos prestigiadas e uma para as mais prestigiadas. A partir desta relação, percebe-se, enquanto profissões da educação e da linguagem, que a introdução de uma visão divergente de classes sociais, faz com que ambas as classes sejam desenvolvidas de maneiras diferentes. Contudo, mesmo que seus desenvolvimentos tomem caminhos diferentes, a língua é uma das únicas ferramentas de comunicação que as unem. Por isso, entende-se que há a instrução de modos de fala diferentes, dado obviamente as diferentes configurações sociais e a partir disso, várias questões podem ser questionadas, entre elas, a emergência do que se conhece dentro dos estudos sociolinguístico como preconceito linguístico.

O preconceito linguístico refere-se à avaliação social dos informações no uso de determinadas formas linguísticas, no entanto, vale deixar claro que o preconceito parte do social e não do linguístico, pois a avaliação deve ser, em sua essencial, subjetivamente ligada a um ser pensante que molda sua visão de padrão x não padrão em relação à sua visão e também à sua posição na comunidade que faz parte.

Por fim, considera-se que o preconceito não é utilizado apenas para oprimir, mas também como forma de imposição de poder e de controle social, hierárquico, econômico e histórico, oriundo, exclusivamente das relações sociais. Debater o preconceito linguístico em suas mais variadas vertentes se torna necessários, pois compreende-se que o linguagem ainda é dotada por fatores que podem promover o controle e a proliferação do poder entre os membros da mesma ou de diferentes classes sociais, pois, indivíduos pertencentes à classes mais altas, podem, inclusive, se dotar de uma linguagem mais rebuscada para se manter em uma posição mais privilegiada, simplesmente para usufruir de classes menos prestigiadas ou agir de maneira oportuna.

BLUNDI, B. A. S.; NARDELLI, A. J. S.

tunista ao humilhar pessoas que não possuem em sua fala traços linguísticos sofisticados, a fim de vanglorias de seus frutos. Por fim, salienta-se a necessidade do desenvolvimento de trabalhos com este cunho para a promoção do debate das relações entre a linguagem, a língua, sobre tudo a fala, e as relações sociais e econômicas que moldam nossa sociedade, afim de estabelecer raciocínios coerentes a fim da consolidação de um pensamento crítico e passível de argumentação.

BLUNDI, B. A. dos S; NARDELLI, A. J. dos S. Linguagem, poder e sociedade: a educação capitalista e o preconceito linguístico. *Mosaico*. São José do Rio Preto, v. 17, n. 1, p. 458-474, 2018.

LANGUAGE, POWER AND SOCIETY: CAPITALIST EDUCATION AND LINGUISTIC PRECONCEPTION

ABSTRACT: The following work aims to relate the influence of Capitalist Education in language. It is understood that the way in which capitalism has penetrated society and education has influenced the way members of society relate. Thus, as an object of analysis we use the language to present a possible reflection on how it is shaped by the dichotomy established within social classes and for that we will use the postulates of Saviani (2007) and Labov (2008 [1972]).

KEYWORDS: Education; Linguistic; Capitalism Educational; Linguistic preconceived.

Referências Bibliográficas

- COELHO, I. L. et. al. *Sociolinguística*. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2010.
- DUARTE, N. *A individualidade para-si: contribuição a uma teoria histórico-social da formação do indivíduo*. 2ª ed. Campinas: Autores Associados, 1999.
- DUARTE, Newton. *Formação Do Indivíduo, Consciência e alienação: O Ser humano na Psicologia de A. N. LEONTIEV*. *Cad. Cedes*, Campinas, vol. 24, n. 62, p. 44-63, abril 2004, Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>> acessado em 14 de julho de 2018.
- ECKERT, P.; McCONNELL-GINET, S. *Language and Gender*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- GUEDES, Maria Denise. *Educação de jovens e adultos: o debate da década de 1990*. São Carlos. 2005. Tese de Doutorado (Doutorado em Fundamentos da Educação). Departamento de Educação, Universidade Federal de São Carlos, São Paulo, 2005.
- LABOV, W. *Padrões sociolinguísticos*. [Trad.: Marcos Bagno]. São Paulo: Parábola, 2008 [1972].
- LABOV, William. *Sociolinguística: uma entrevista com William Labov*. *Revista Virtual de Estudos da Linguagem - ReVEL*. Vol. 5, n. 9, agosto de
- MOSAICO, SJ RIO PRETO, v. 17, n. 1, p. 458-474

LINGUAGEM, PODER E SOCIEDADE: A EDUCAÇÃO CAPITALISTA E O PRECONCEITO LINGUÍSTICO

2007. Tradução de Gabriel de Ávila Othero. ISSN 1678-8931 [www.revel.inf.br]. MARX, K.; ENGELS, Friedrich. *La ideologia alemana*. Montevideo: Pueblos Unidos; Barcelona: Grijalbo, 1974.

MARX, K. *Prefácio à "Contribuição à Crítica da Economia Política"*. in: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, s/d, p. 301.

ORSO, Paulino José. *As possibilidades e limites da educação na sociedade de classes*. IX SEMINÁRIO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS "HISTÓRIA, SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO BRASIL" Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa – 31/07 a 03/08/2012. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/acer_histedbr/seminario/seminario9/PDFs/6.10.pdf> acessado em 23 de maio de 2018.

SAVIANI, D. *Trabalho e Educação: fundamentos ontológicos e históricos*. Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. *Revista Brasileira de Educação* v. 12 n. 34 jan./abr. 2007 Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v12n34/a12v1234>> acessado em 19 de maio de 2018.

SPERANÇA-CRISCUOLO, AC. *Uma abordagem cognitivista da língua*. In: *Funcionalismo e cognitismo na sintaxe do português: uma proposta de descrição e análise de orações subordinadas substantivas para o ensino* [online]. São Paulo: Editora UNESP, 2014. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/sxg7f/pdf/speranca-9788568334454-05.pdf>.> acessado em 23 de maio de 2018.

TORMA, k. R. P. *Comunidades de prática: uma sociolinguística responsável para o ensino-aprendizagem da língua franca inglês como língua adicional*. In: III Simpósio Nacional Discurso, identidade e Sociedade; Campinas; 2012. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/TORMA_KATHY_RE-JANE_PESTANA.pdf.> acessado em 23 de maio de 2018.